



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 15 DE 18-12-2023

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE DEZEMBRO DE 2023

Handwritten signature in blue ink, possibly 'JN'.

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, no Auditório do Centro Cultural Raiano em Idanha-a-Nova, reuniu pelas nove horas e trinta minutos, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova, conforme convocatória do dia vinte e dois de novembro, presidida pelo senhor João Manuel Rijo Dionísio, Presidente da mesma, com a seguinte ordem de trabalhos:

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

A preencher nos termos do regimento

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. – Informação sobre a situação financeira e sobre a atividade do Município;
2. – Alteração orçamental modificativa – segunda revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano ano de 2023, para conhecimento;
3. – Procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau para a Unidade Orgânica Flexível “Divisão Financeira e Patrimonial” – designação de Júri e atribuição de despesas de representação;
4. – Lançamento de derrama a cobrar em 2024;
5. – Fixação da taxa municipal pelos direitos de passagem;
6. – Participação variável no IRS no concelho de Idanha-a-Nova;
7. – Fixação de taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI);
8. – Relatório sobre a situação económica e financeira do Município de Idanha-a-Nova – 1.º semestre de 2023 – para conhecimento;
9. – Proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2024.

O senhor Presidente da Assembleia mandou proceder à chamada dos senhores deputados, tendo-se verificado a ausência do senhor João Luís Marques Rego Geraldês, substituído pelo senhor Rogério Miguel Milheiro Bentes, da senhora Sónia Sofia Simões Nunes, substituída pela senhora Sónia Gomes Rosário Lauriano, do senhor Paulo Fernando Ribeiro de Mendonça Baptista, substituído pela senhora Maria Amélia Ruivo de Carvalho, do senhor Joaquim Jorge Esteves Laranjo, Presidente da Junta de Freguesia de Oledo, substituído pelo senhor Tiago Alexandre Romano Anselmo e da senhora Presidente da Junta de Freguesia de Proença-a-Velha, Maria Helena Geraldês Esteves e Silva, substituída pela senhora Maria Palmira Carvalho Ramos.

As ausências encontram-se justificadas.

Verificada a existência de quórum, o senhor Presidente da Assembleia, deu por aberta a sessão tendo seguida dado início à discussão dos assuntos inseridos no

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.

O senhor Presidente da Assembleia informou que se iria votar a ata número catorze da sessão ordinária realizada no dia vinte e dois de setembro de dois mil e vinte e três, solicitando que, em virtude do envio de uma versão provisória da ata a todos os senhores deputados, se havia alguma alteração ou reparo a fazer sobre a mesma. Também informou que os senhores deputados, Carla Alexandra de Mendonça Galveia, Alberto Umbelino Gonçalves,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 15 DE 18-12-2023

Q
72
2

Ricardo António Matos Rodrigues, Maria Amélia Matos Ruivo de Carvalho e Tiago Alexandre Romano Anselmo, não poderiam votar a ata, em virtude de não terem estado presentes na sessão.

Não havendo qualquer pedido de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia submeteu a ata a votação, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e três;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e três

Em virtude deste resultado a ata número catorze, foi aprovada por UNANIMIDADE.

De seguida deu conhecimento da correspondência recebida, realçando o pedido de renúncia ao cargo de deputado municipal, por motivos de doença, do senhor deputado Mário Pissarra. Pires.

Nos termos regimentais, o senhor Presidente submeteu a apreciação o referido pedido de renúncia, tendo sido aprovado por unanimidade, salientando o profissionalismo e grande sentido de responsabilidade do senhor deputado enquanto exerceu a sua função nesta Assembleia Municipal. O senhor deputado será substituído, nos termos regimentais, pelo senhor José Rodrigues Claro. O senhor Presidente da Assembleia informou que a correspondência se encontrava disponível para consulta dos interessados.

Seguidamente informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra neste Período Antes da Ordem do Dia. Terminado o mesmo, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Jorge Daniel Fonseca que disse " *existem assuntos que pela sua importância junto dos cidadão, por mais que seja de desagrado falar neles por motivos políticos, mas pela sua importância não devemos deixar de não falar neles as vezes que forem necessárias. Um destes assuntos, é sem dúvida a prestação de cuidados de saúde no concelho de Idanha-a-Nova. E se devem ser abordados pela importância que têm, também o deverão ser quando as contradições entre as entidades são muitas e as promessas efetuadas não são cumpridas. Se bem se lembram foi referido pelo senhor Presidente da Câmara na última sessão, após a apresentação de uma moção apresentada pelo Movimento Para Todos, moção esta, que pretendia não cobrar nada à Câmara Municipal, mas sim reivindicar junto da ULS um conjunto de medidas que estão muito longe de atingir os objetivos mínimos dos cuidados de saúde no concelho de Idanha-a-Nova. A mesma não mereceu a concordância do senhor Presidente da Câmara, e por consequência do Grupo Municipal do Partido Socialista, porque, segundo o senhor Presidente da Câmara, todas as reivindicações constantes na moção, e passo a citar, todas as alíneas que estão na moção estão feitas e como estão feitas, está esvaziada a vossa moção. Mas disse ainda, e passo a citar, sabemos a vossa intenção, mas ontem estive com o senhor Presidente da ULS e disse-lhe claramente que se não se resolve isto, é o Presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova que vinha para a rua e apelava a todos para fazermos uma revolução sobre isto. E nisso fui ontem muito claro e tanto que fui claro, que as alíneas que estão na moção foram feitas e por isso é que não faz sentido estarmos a aprovar uma moção sobre algo que já está feito. Fim da citação.*

Senhor Presidente fica aqui expressa a disponibilidade do Movimento para Todos para colaborar e participar nessa revolução que o senhor Presidente estará a organizar.

Imaginem se por acaso o Centro de Saúde de Idanha-a-Nova funcionasse normalmente. Imaginem se as extensões de saúde tivessem médicos e os respetivos administrativos, já que mais não fosse, uma ou duas vezes por semana.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 15 DE 18-12-2023

JR

Imaginem que apesar dos constrangimentos que são conhecidos no SNS, sabemos e temos noção que existem, mas apesar disso a nossa população seria merecedora de pelos menos os serviços considerados mínimos. Imaginem tudo isto em que qualquer munícipe em ter uma consulta numa extensão de saúde não pode esperar dignamente numa sala de espera para ser atendido num espaço, também ele exíguo, ou em alternativa ter uma consulta numa carrinha sem condições de uma mínima privacidade que o ato merece, não temos a menor dúvida qual destas situações seria a escolhida. Não queremos acreditar, e muito menos vamos aceitar que o hipotético êxito apregoado do serviço ambulante do cartão de saúde esteja dependente do desprezo e por consequente inércia das entidades na luta das reivindicações dos serviços médicos da responsabilidade do SNS no concelho de Idanha-a-Nova. Não vamos tolerar que o senhor Presidente da ULS falte, ou omita, a verdade, tal como fez em resposta a um pedido de explicações que o Movimento para Todos fez na sequência deste assunto.

Salientamos também que o mencionado protocolo referido nessa mesma sessão, foi elaborado vinte dias após a realização da sessão da assembleia, onde foi garantido já existir esse mesmo protocolo e que apesar em se falar em vários meios, apenas está estipulado a cedência de um assistente técnico, consideramos não haver necessidade de tanto nervosismo em mostrar esse documento.

Um outro assunto, queremos questionar o senhor Presidente sobre uma entrevista que o senhor Presidente deu à Beira Baixa TV no passado mês de outubro, em que no processo judicial em que o senhor foi alvo elogiou a forma como o PSD e a CDU o defenderam. Não temos nada contra, mas o senhor jornalista, certamente com base nessa sua declaração, fez muito rapidamente a ilação que apenas restava uma força política, insinuando que a tal queixa anónima foi efetuada pelo Movimento para Todos. Todos sabemos que à data dessa denúncia, ainda não existia o Movimento para Todos. Uma vez que o senhor à data não proferiu qualquer comentário, fazemos uma questão muito simples, revê-se ou partilha dessa insinuação?"

Terminada a intervenção do senhor deputado, tomou a palavra a senhora deputada Carla Alexandra Galveia que disse " trago aqui um assunto que tem causado algum desconforto entre muitos dos que têm Idanha-a-Nova nos seus corações e nas suas raízes. E digo-o desta forma por se tratar dos residentes e não residentes, que é como quem diz, os recenseados com residência em Idanha-a-Nova e os demais. O assunto, também é, obviamente, a diferença no tarifário da água. Não me refiro ao preço da água, mas à distinção que é feita entre os consumidores. Os não residentes são quase todos filhos da terra, chamemos-lhes assim, e a razão porque têm, aqueles que ainda não pediram para tirar os contadores, espero apesar de tudo que não sejam muitos, e a razão porque têm contratos de fornecimento em seu nome, é precisamente porque aqui têm uma segunda habitação e fazem a questão de a manter e conservar. Falamos de pessoas que apesar de terem as suas vidas organizadas noutras concelhos, noutras distritos e até em outros países, aqui mantêm as suas casas e aqui regressam sempre que possível. São os não residentes que enchem em grande parte o concelho de Idanha-a-Nova no Natal, na Páscoa, na Senhora do Almurtão, todas as romarias e festividades locais, nas férias de verão. São os não residentes que regressam ao concelho para ajudar na vindima, na apanha da azeitona e esses mesmos não residentes vêm aplicar parte do seu orçamento familiar aqui no concelho de Idanha-a-Nova. Fazem mexer também o pequeno comércio local. Pergunto, por isso, qual a razão de ser desta discriminação pela negativa. Queremos mesmo que estas pessoas se sintam tão indesejadas aqui em Idanha-a-Nova. É que estas pessoas que vêm aqui nestas épocas que referi e que já pediram para retirar os contadores provavelmente não regressarão e irão passar esses períodos noutras localidades, aplicar o seu orçamento familiar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 15 DE 18-12-2023

nessas outras localidades. Bem sei que é uma medida aprovada por todos, mas há formas de apoiar os que cá residem sem ostracizar os que cá têm casa, mas não residentes. Um erro não deixa de o ser, ainda que com boas intenções, persistindo nele, e isto é algo, penso eu, sobre o qual deveríamos todos refletir. Há uma decisão que é, obviamente, muito discriminatória que não se prende, nem com o excesso de consumos porque os não residentes serão aqueles que menos consomem, nem tem a ver, como é obvio, com a sua condição financeira, económica ou social, daí que gostaria que todos considerássemos a possibilidade de cessar esta discriminação já em 2024, e pela minha parte, e penso que também em nome do Movimento, todos cá estamos para colaborar e encontrar maneiras de apoiar pela positiva os residentes, sem criar esta sensação de que os não residentes, entre os quais eu me coloco, somos menos ou que queremos menos bem a Idanha.”

Seguidamente usou da apalavra o senhor deputado José Claro que disse “*como estamos no final de mais um ano, tenho por hábito fazer uma retro expectativa sobre a minha vida particular e política, projetando sempre o futuro para o próximo ano. Nem sempre as coisas correm como o desejamos, mas a vida é mesmo assim. É a minha forma de estar na vida e o meu e é o meu ponto de vista. Do ano transato só fica o que é bom, o resto é para esquecer. Que o próximo ano seja bem melhor para todos nós. Foi mais por este motivo que me levou a escrever este texto e para que seja também um pouco meditado por todos os presentes, onde também me incluo.*

Desde há muito tempo que venho presenciado, lendo e ouvindo com o decorrer do tempo e dos acontecimentos e porque algumas me entristecem, que me preocupam, achei por bem escrever este texto para todos nós. Como os dias, os meses e os anos correm a uma velocidade relâmpago, e hoje a informação é instantânea, entendi que também era tempo de fazer uma reflexão, pois a informação é tão rápida que nem dá para pensar. Tudo é feito à pressa. Alguns, às vezes até escrevem sem pensar. Escrevem consoante os ventos e as marés e consoante as conveniências ou interesses pessoais, ideológicos ou políticos. Não importa o resultado e as consequências, o que interessa é o momento. Todos temos direito à informação, mas a informação tem que ser digna, verdadeira, sem atropelos, sem mentiras, sem ofensas, seja a quem for, pessoas, organismos, entidades públicas ou privadas. Todos devemos informar e reafirmar com verdade, mas não é isso que eu vejo no dia-a-dia. Leio sim meias verdades, mentiras e mais mentiras, calúnias e difamações, e na maioria dos casos até se põe em causa o bom nome de quem gere as instituições, organismos públicos nacionais e internacionais. Chamo eu a tudo isto, inveja, ou direi mesmo, ódio pessoal. Mas infelizmente é a sociedade que temos, daí eu escolher o título, hoje escrevo eu. Como homem simples e cidadão comum e leitor assíduo e na qualidade de deputado municipal, achei por bem escrever para todos vós. Acho que já se ultrapassaram os limites da liberdade de imprensa e se não formos todos nós mais reservados e não tivermos mais contenção, a continuar assim não sei onde tudo isto irá parar. Bem sei que para muitos, quanto pior, melhor. O nosso concelho tem uma oposição política legitimamente eleita, e que eu respeito, mas, no entanto, acho que o seu papel deve focar-se no enriquecimento do debate político e de novas ideias, e não recorrer a um calendário de populismo encapotado, para denegrir e caluniar quem gere os destinos de Idanha-a-Nova. Contra factos não há argumentos e ficou mais uma vez patente a sua falta de respeito neste caso pelas instâncias europeias, ao galardoar Idanha-a-Nova com o prémio da melhor Bio Região da Europa, e em vez de a apoiarem, desconfiaram e até afirmaram que talvez o prémio fosse comprado ou encomendado. Isto revela uma leviandade atroz.

Outro exemplo foi o caso do glifosato, uma longa história que a montanha acabou por parir um rato, o que deixou o nosso concelho prejudicado, os nossos agricultores e os nossos produtores.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 15 DE 18-12-2023

Por tudo isto a informação é essencial, mas tem que ser transmitida com clareza para que sejamos melhor informados com verdade, rigor e transparência. Ao contrário do que muitos pensam não estamos esquecidos porque felizmente ainda temos uma câmara municipal que tem estado à altura dos nossos anseios. Já foi assim no passado e todos esperamos que assim seja no futuro. Os nossos eleitos têm sabido honrar os seus compromissos e como diz o ditado português, o futuro a Deus pertence, mas temos que ser todos nós para o ajudar a construir. Por vezes não somos escutados pelos grandes decisores do governo central e assim sendo, resta-nos a todos nós sermos mais unidos e mais coesos nas nossas decisões e tomadas de posição. Como estamos longe, a única solução que nos resta é recorrer ao poder local que todos os dias se depara com problemas e preocupações de toda a ordem, desde a saúde ao ensino, à segurança, aos lares, às IPSS's, aos bombeiros. Em resumo, cabe ao poder local ser a primeira entidade a receber o impacto de todos os males da sociedade em que vivemos. Que bem gerido é o poder local no nosso concelho. Honra lhe seja feita a todos. Mas para que tudo isto funcione com normalidade, não pode ser só o estado, as juntas de freguesia e o município para resolver, teremos que ser todos nós a dar o melhor que temos de nós próprios para bem de toda a comunidade. Não é vir para a praça pública, para as redes sociais e para os jornais atirar pedras quando se têm telhados de vidro, não olhando nem a meios nem a fins. Ultimamente proliferam as denúncias anónimas sem fundamento, feitas em destruir a imagem de quem exerce cargos públicos na administração pública, cegamente casos jurídicos na expectativa de encontrar temas para a devassa da vida pública e privada. Mas felizmente há justiça, e num caso muito específico fez-se justiça, que foi no caso do senhor Presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, Armindo Jacinto, que era um caso, que por si próprio, já era ridículo. Acompanhei de perto o processo e tive a oportunidade de ler o acórdão do processo, do qual destaco, o arguido é tido como um Presidente proactivo, diligente, acessível aos munícipes e entidades do município, empreendedor, sociável, prestável, considerado e reputado de carácter sério, idóneo, não havendo registo que tenha recebido qualquer ajuda de custo, assim como os seus familiares tenham recebido qualquer prestação económica do Município de Idanha-a-Nova, mormente bolsas de estudo. Por aqui se vê a forma ética no exercício das suas funções públicas.

O que tenho lido ultimamente revolta-me e envergonha-me como homem e cidadão simples e honesto e até me sinto ofendido, e é demais para ser verdade quando se põe em causa entidades europeias, quando se suspeita dos nossos empresários das várias áreas. Tudo isto é tentar deitar por terra todos os esforços despendidos pelo Município de Idanha-a-Nova. Eu resido em Penha Garcia definitivamente desde 2003 e tenho acompanhado muito de perto a vida da minha terra e das aldeias vizinhas e o resultado é extremamente positivo. O desenvolvimento salta à vista de todos e só não vê que não quer ver ou está de má-fé. Não somos gente da cidade, mas somos gente de bem, somos gente humilde, gente de trabalho e vivemos com qualidade de vida. Muito se deve aos decisores políticos do nosso concelho, que muito trabalho realizaram e estão a realizar para bem de todos, e todos têm dado o melhor de si para que nada nos falte. Por isso deixo o meu sincero agradecimento, e creio que também o será de todos vós. O saber agradecer é uma virtude e o povo de Idanha tem tido essa virtude.

Caríssimos amigos e conterrâneos, se alguém se sente ofendido pelo meu texto peço imensa desculpa, mas como homem de bem, um homem de verdade não ficaria bem com a minha consciência se não vos pedisse desculpa. Os meus factos são reais e cheios de verdade. De tudo aquilo que aqui pronunciei não tenho a acrescentar, nem retirarei uma vírgula."



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 15 DE 18-12-2023

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente para Câmara que disse " *fica aqui uma palavra de agradecimento pessoal e político ao professor Mário Pissarra, enquanto deputado municipal que durante estes anos aqui deu o seu préstimo, o melhor de si e como sabemos que é um amigo da sua terra e do seu concelho, ao longo da sua vida sempre lutou por este território e hoje é com muita pena e muita tristeza que hoje, por motivos de saúde, deixa este seu cargo. Sei que foi difícil ele renunciar, e não o queria fazer, mas por conselho médico assim o fez. Fica e ficará sempre, por minha parte, uma eterna gratidão pela sua colaboração e pelo seu companheirismo e pela sua luta e abnegação ao concelho de Idanha desde há muitos anos.*

Respondendo aos senhores deputados, começo pelo senhor deputado Daniel que aqui, mais uma vez, veio falar sobre os problemas da saúde, obviamente, que felizmente o concelho de Idanha, e já foi dito por várias pessoas e várias entidades, publicamente, é um oásis neste país na área da saúde. Quer o senhor queira ou não queira, não só pelas questões do cartão de saúde e todos os préstimos de saúde que são feitos. Esta relação de individualidade entre o médico e o paciente na viatura de saúde é mantida com todas as condições de privacidade. Provavelmente o senhor deputado nunca lá foi e nem sabe como funciona, e se lá fosse saberia que tudo isto é mantido, e perfeitamente com todas as condições, mas em muitas localidades são utilizadas outras instalações para além da carrinha de saúde, mas felizmente já foram mais de cem mil atos médicos que prestámos aos cidadãos de Idanha-a-Nova, nas nossas freguesias. Já o disse aqui muitas vezes, a nossa maior preocupação tem sido, e foi ao longo deste projeto e ao longo destes últimos três anos, é chegar junto da população que não tem subsistemas de saúde, que não tem outra hipótese de ter uma oferta de saúde que não seja a do Serviço Nacional de Saúde, com todas as dificuldades que nós sabemos e não é Idanha, todo o país tem tido. Todos nós sabemos que o Serviço Nacional de Saúde tem que ser reformado e tem que ser melhorado. Sabemos isso e não é consequência deste governo, tem a ver com o sistema ao longo dos anos e que agora se agudizou, porque tem sido com este governo de António Costa que mais dinheiro tem investido na saúde e não é por isso que o SNS está melhor. Sabemos que o temos que reformular, de o readicionar para que a generalidade das nossas populações possam ter acesso a um Serviço Nacional de Saúde gratuito e universal. Em Idanha isso é mantido, e o serviço que temos feito crescer ao longo destes três anos e portanto orgulhamo-nos muito pelo prémio que também recebemos, mas mais do que o prémio, de facto estes serviços funcionam muito bem e com muita qualidade.

Aquilo que dissemos na outra vez, protocolámos com a ULS, e não só fornecemos os apoios necessários em termos administrativos que a ULS necessitava, como também os meios, nomeadamente hoje temos mais um médico, com a oferta de alojamento que a câmara municipal dá em Idanha, e em articulação com a ULS e a Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, podermos melhorar esta oferta do SNS e felizmente a Idanha temos esta articulação de complementarmente nós oferecermos os nossos cuidados de saúde. Ainda há pouco tempo de nas nossas equipas haver a necessidade de contratar um pedopsiquiatra, que não existe em Castelo Branco e nós temos já um que vai vir aqui todos os meses dar apoio às nossas crianças através do nosso cartão de saúde. Também nos referiram a necessidade de termos especialistas na área da terapia da fala para as nossas crianças e vamos ter, também com o nosso cartão de saúde. Assim também se passa com a neurologia e com outras especialidades em que sentimos que há necessidade no concelho de Idanha. Por isso, não foi por acaso que recebemos o prémio entre cerca de duzentos países do mundo. É porque temos de facto esta oferta que é única no país, e que eu, pessoalmente, me orgulho, mas sobretudo o importante é que cheguemos aos nossos cidadãos que não tenham subsistemas de saúde.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 15 DE 18-12-2023

Veio aqui também referir-se relativamente à questão do meu caso pessoal em que no tribunal tive que defender a minha pessoa e a minha honra e de facto esse caso pessoal teve origem numa denúncia anónima. Os senhores é que vieram deduzir, mas, que seu saiba, ninguém disse que tinha sido o Movimento para Todos que tinha feito a denúncia anónima. Aliás o Movimento para Todos é composto por pessoas, e se o Movimento para Todos, formalmente, ainda não existia as pessoas já existiam há muitos anos, e como foi anónima não poderei dizer quem foi e como é anónima não se pode dizer quem foi. Agora o que nessa entrevista eu referi, a solidariedade e a ética, a forma de estar que o Partido Social Democrata teve, nomeadamente o vereador António Moreira, na altura dos factos estava em funções com grande ética e como na política deve ser, aliás como Sá Carneiro disse um dia, a vida política sem risco é uma chatice, a vida política sem ética é uma vergonha. Todas as testemunhas que foram apresentadas pela acusação, ou seja pelo Ministério Público todas foram abonatórias. É evidente que para mim foi absolutamente estranho que neste caso, perfeitamente legal e entendível, que o Movimento para Todos se tenha constituído como assistente. Na verdade quem fez de acusação e inquirição foi o assistente. O próprio Procurador e o Ministério Público praticamente nem questões colocaram.

A CDU veio ter comigo, de uma forma muito solidária, a dizer que este processo não fazia sentido nenhum e portanto registei isso na entrevista. Agora os resto cada um tira as deduções que quiser e como quiser relativamente a isto.

As denúncias anónimas são perfeitamente cobardes. Quem quiser e quem tem que dizer alguma coisa que o diga, que o assine. Todos sabem aquilo que eu sempre e disse, não aceito que haja um colaborador meu, seja ele político ou não, que faça acusações de uma forma anónima. Ou damos a cara, ou não damos a cara. As denúncias anónimas são a maior das cobardias, nomeadamente em termos políticos. Aceito que na nossa democracia possam existir denúncias anónimas de forma a defender os cidadãos. O abuso desta democracia, nomeadamente em termos políticos, é a maior das cobardias que existe na nossa democracia.

A senhora deputada Carla Galveia veio aqui falar da questão dos residentes e não residentes. Caríssima senhora deputada, não há discriminação negativa, há sim uma discriminação positiva. Se quisermos discutir esta questão da água, do saneamento, há algo que eu defendo e defendi na Associação Nacional dos Municípios Portugueses, defendo neste país que é a água deveria ser ao mesmo preço em todo o país. E aí estávamos a falar de solidariedade do país, porque nós, durante muitos anos em Idanha entendemos não subir a água como forma de discriminação positiva para os cidadãos quer residentes, quer não residentes, no concelho. A verdade é que a legislação, e compreende-se que assim seja, é muito clara, tem que haver sustentabilidade na gestão da água. E a água, mesmo com os valores que aumentaram no concelho de Idanha, tem que ir ao encontro do utilizador pagador. E o valor da água ainda é, daquilo que nós pagamos, o mais barato e é um valor escasso. Muitas das vezes os cidadãos não conseguem nem respeitam este valor escasso. A Entidade Reguladora dos serviços de água, há muitos anos que nos andava a chatear e a dizer que nós, ou equilibrávamos o sistema ou então deixávamos de receber apoios. E por isso e por obrigação legal nós temos que equilibrar esses valores, entre o que são as nossas despesas na área da água, saneamento e resíduos e o que são as nossas receitas. Sabemos que aqui em Idanha com 1417 quilómetros quadrados, para gerirmos este sistema com o número de habitantes que temos, residentes ou não residentes, a pagar o sistema, ele não é tão equilibrado como Lisboa. As pessoas dizem, eu em Lisboa pago muito menos. Claro, existem milhões de consumidores e os milhões de consumidores conseguem ter um sistema muito mais equilibrado em termos económicos. Por isso é que eu digo que o país deveria ser muito mais solidário e o valor da água em Lisboa deveria



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 15 DE 18-12-2023

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

ser o mesmo valor aqui em Idanha, porque deveriam ser os habitantes de Lisboa a ajudar os habitantes do concelho de Idanha. Isso sim, deveria ser um país muito mais solidário. Nós, obrigatoriamente temos que equilibrar o sistema, tivemos que o fazer e o que conseguimos foi junto da ERSAR ter esta discriminação positiva e esta discriminação positiva é para os residentes e recenseados no concelho de Idanha-a-Nova. Obviamente nós prezamos e gostamos de todos os que são residentes e não residentes, mesmo por isso durante muitos anos mantivemos o sistema enquanto pudemos, mas agora não podemos continuar neste processo. Por muito que proteste, mas na verdade é que temos que cumprir a legislação.

Portanto aquilo que conseguimos foi ter esta discriminação positiva e não negativa como referiu, e o valor da água é aquilo que as pessoas pagam. É evidente que nós andamos a trabalhar, desde algum tempo, a fazer o levantamento de todo o nosso sistema de abastecimento, a melhorar em termos de eficácia o nosso sistema e vamos continuar a investir em termos tecnológicos para conseguirmos poupar quer em termos de despesas, quer em termos de eficácia vai traduzir-se no valor da água que todos os anos vamos definir. É importante que todos os cidadãos saibam que o ativo água é um ativo escasso e é um ativo em que todos devemos saber poupar e utilizar bem e ao fazermos isso, obviamente, ano após ano, podemos ter um sistema que possa ser mais sustentável, mais económico para todos os cidadãos. Aqui defenderemos sempre isso e sempre defendemos de uma forma de discriminação positiva aqueles que de facto, no concelho de Idanha, mais contribuem para o seu desenvolvimento, que são os residentes recenseados. Como sabemos, é através dos residentes recenseados que nós recebemos o nosso FEF, mais parte de receitas, quer do Município, quer das nossas freguesias e portanto são eles que contribuem de uma forma mais efetiva para a criação de riqueza no concelho de Idanha. É evidente que os turistas que vêm, todos os nossos residentes não recenseados que vêm habitualmente, como a senhora disse e muito bem, contribuir de uma forma muito efetiva e queremos que continuem a contribuir, e portanto nós sempre que podemos cá temos o valor da água mais económico e de uma forma mais sustentável e por isso, com este sistema, o que queremos é ter um sistema mais equilibrado e isso vai refletir-se no valor da água.”

Seguidamente usou da palavra o senhor Raul Antunes, Presidente da Junta de Freguesia de Penha Garcia que disse “não iria descansado para casa se não falasse aqui. O assunto que me trás aqui é mais de caráter particular dado que tem a ver com uma empresa, mas meio esclarecido, pois já falei com o senhor vereador José Adelino Gameiro, mas, como disse, não ficava bem comigo mesmo se não falasse. No dia 23 de outubro, estava eu em casa quando meu irmão me telefonou que me disse haver uma listagem de apoios sociais a circular nas redes sociais, feita pelo Movimento para Todos, e aparece a empresa de meu pai, que já cá não está para se defender, como recebeu um apoio. É verdade que teve esse apoio, mas é estranho que só lá está essa empresa de Penha Garcia e por isso venho perguntar ao senhor Presidente da Câmara Municipal se o apoio social a que me estou a referir foi daqueles apoios dados na altura do COVID às empresas do concelho de Idanha. Lembro-me que na altura havia um regulamento municipal de apoio e o meu pai solicitou ao contabilista para se candidatar. Tenho uma pergunta para o senhor Presidente, a empresa Fronteiratour teve direito a esse apoio e se teve direito gostava de saber se há alguma irregularidade na apresentação da candidatura a esse apoio. Esta razão prende-se com o facto de termos recebido tantas chamadas telefónicas que parece que a atribuição desse apoio esteve encoberta por alguma coisa.”

O senhor deputado Daniel Fonseca solicitou a palavra e disse “ de facto o Movimento para Todos fez essa publicação dos apoios sociais, não estamos contra e nem queremos por em causa qualquer verba que esteja ali



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 15 DE 18-12-2023

colocada e muito menos esta da Fronteiratut e de facto, por parte do Movimento só temos a pedir desculpa, porque realmente havia outras empresas, mas quem nos fez aqueles quadros e quem nos fez chegar aquele trabalho não é do concelho levou, por engano, a que a Fronteiratut não fosse uma empresa e realmente após termos esclarecido isso a empresa foi retirada da listagem. Apresentamos, mais uma vez, as nossas desculpas, mas as publicações que o Movimento faz penso que não sejam assim tão ofensivas como o senhor José Claro aqui veio dizer. Penso eu, e quando o senhor José Claro vem aqui fazer uma retro expectativa, vem de facto dizer aquilo que o Movimento não deve fazer. O Movimento faz e vai continuar a fazer, mas também criticamos e talvez isto fosse evitável se a Câmara Municipal fizesse a divulgação que realmente deve fazer destes casos. Não estamos rigorosamente contra nada, não remos rigorosamente nada contra as verbas que a Câmara Municipal dá, sejam elas quais forem as instituições, as empresas. Acreditamos que a câmara fez esse regulamento de atribuição de apoios, mas como houve esse erro apresentamos as devidas desculpas, mas não temos rigorosamente nada, e que fique bem claro, contra e sejam elas quais forem as empresas ou instituições beneficiárias desses apoios.”

O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse “este pedido de desculpas do Movimento espero que o façam publicamente e só vos fica bem reconhecerem que usam a informação com a tal sem ética e prejudicam pessoas, e têm prejudicado ao longo do vosso trabalho, sobretudo no facebook desta forma. Este é um exemplo, entre muitos outros, que utilizam a informação, e ao contrário do que veio aqui dizer, sempre foi divulgada, todas estas empresas que receberam estes apoios foram perfeitamente divulgadas, o processo foi sempre claro, aliás como são todos os nossos processos, mas os senhores deturpam estas informações. Por isso agradeço ao senhor Raul ter vindo aqui com a sua coragem, e não foi fácil, porque isto no fundo mexe com o íntimo das pessoas. O mesmo processo do meu processo judicial. As pessoas têm as suas vidas e a forma como tratam isso não é a mais correta. Quando começaram com a vossa vida na política houve vários elementos do Movimento com o jornal debaixo do braço a publicitar estas denúncias anónimas e esta forma de estar que mais uma vez o digo, não tem ética. Portanto não é verdade que nós não divulguemos os apoios que damos. Todos os anos são divulgados publicamente, quer para as diferentes instituições, quer para estas empresas, mas utilizam depois estas informações de forma deturpada com outros fins. O senhor deputado veio aqui dizer que as pessoas que recolheram estas informações não são de cá. Bem, isto também é uma característica do Movimento, é que, e não temos nada em contra as pessoas que não sejam residentes e recenseadas no concelho de Idanha-a-Nova, mas têm que ter muito mais cuidado com isso, e sobretudo não deturpar aquilo que é, e muitas vezes o fazem de uma forma premeditada e isso é que é grave.”

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia disse “ sobre este assunto quero dar os parabéns ao Movimento por ter admitido desculpas públicas porque sei que o Raul e a família não estavam satisfeitos com este incidente. Por isso aceito naturalmente que a vossa postura, neste caso particular e específico, porque sabemos todos que todas as empresas tinham condições para receber este apoio da Câmara Municipal e daí essa publicação, que eu não vi, causou desconforto na família seja sanada com este vosso pedido de desculpas.

Também quero partilhar com a Assembleia Municipal e com todos os deputados municipais um assunto que está latente no nosso concelho que me vem também causando algum desconforto e quero-vos dizer que aquilo que vos vou transmitir não foi encomenda de ninguém. É uma postura que eu tenho enquanto cidadão e enquanto Presidente da Assembleia Municipal e que se prende com a atividade das nossas associações e coletividades do concelho de



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 15 DE 18-12-2023**

Idanha-a-Nova. Se, por acaso, derem uma vista de olhos pela revista Adufe podem verificar que teremos, mais ou menos, cento e oito associações, clubes desportivos, de caça e pesca. Umas com mais atividade, outras com menos atividade, umas com mais projeção, outras com menos, mas há uma preocupação que eu tenho. Nós vivemos uma realidade hoje no concelho de Idanha, e como vivemos no interior do país, onde somos cada vez menos que é uma realidade indesmentível, e esta realidade traduz-se também muitas vezes na dificuldade que vai havendo cada vez mais em haver corpos sociais para essas coletividades. Isto é um facto, mas vejam bem, se nós nestas cento e oito associações e se entendermos que cada uma destas associações tem três pessoas na direção, três no concelho fiscal e três na assembleia geral, estamos a falar de quase mil cidadãos do concelho de Idanha que estão envolvidos nestas associações e muitas delas são sem fins lucrativos e os seus corpos sociais dedicam a sua vida pessoal, particular, prescindem da família, de fins-de-semana e até da vida própria, e muitas vezes da vida financeira para que as associações sobrevivam. E se nós deixar-mos morrer muitas dessas associações, sobretudo nas pequenas freguesias, nós estamos a deixar morrer o nosso património, o nosso passado e muitas vezes fazemo-lo de forma inconsciente. Por isto, esta pequena reflexão que eu queria deixar aqui a todos, a todos nós que ainda nos movimentamos bem, que temos alma, digamos assim, e não estou a puxar a brasa à minha sardinha porque eu já fui, provavelmente, de todas as instituições da vila da Idanha, da direção de todas elas. Presentemente sou Presidente da Assembleia Geral do Club União Idanhense, e não estou para aqui a chamar à coação o CUI, nem nenhuma outra associação, mas sei bem das dificuldades com que vivem essas associações têm.

Por isso se tivéssemos um pouco mais de respeito, naturalmente, pelo trabalho que essas associações desenvolvem, porque reparam, há dificuldades em que muitas delas sobrevivam, e não é por problemas financeiros. Muitas das vezes é porque têm dificuldades em arranjar quem queira substituir aqueles que estão em funções.

Era esta a reflexão que queria aqui deixar para que com a nossa vontade não deixássemos morrer estas instituições que representam a nossa memória e aquilo que os nossos antepassados nos foram deixando na cultura, no desporto e nas outras atividades sociais do nosso concelho.”

Terminado o Período Antes da Ordem do Dia, o senhor Presidente da Assembleia deu início ao

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO NÚMERO UM – INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO – O senhor Presidente da Assembleia informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.

Terminado o mesmo, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Jorge Daniel Fonseca que disse “ *senhor Presidente, permita-me que só relativamente à sua intervenção queria dizer que concordamos plenamente e reforçar que era importantíssimo a elaboração por parte da câmara, com o apoio de toda a assembleia a elaboração de um regulamento de apoio às instituições. Por isso acho que era importantíssimo para as instituições e até para defesa a própria câmara.*

Permita-me também que reitere, e aí estamos plenamente de acordo com aquilo que o senhor Presidente disse e penso que aquilo que o Movimento tem feito e tal como assumimos aqui todas as publicações que o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 15 DE 18-12-2023

Movimento faz, é mesmo nesse sentido, não temos que os fazer anónimos, fazemos com a perfeita convicção e responsabilidade. Muitas são aquelas denúncias anónimas que também nos chegam e também sabemos filtrá-las e saber aquilo que é de bem ou não é de bem.

Queria também perguntar ao senhor José Claro onde é que o Movimento escreveu que os prémios foram comprados? É que eu não encontro isso em lado nenhum e a questão do glifosato também não o encontro, por isso onde é que foram publicados? Começa-se a construir uma narrativa contra aquilo que o Movimento faz, que por mais que se diga nunca será verdade.

Relativamente ao documento perguntar ao senhor Presidente da Câmara se há alguma razão para esta fraca execução. É que a 30 de novembro está nos 30%, e se há alguma razão extraordinária que leve a esta fraca execução. Também qual a razão do prazo de pagamentos, até porque até aqui temos achado preocupante andar nos trinta, quarenta dias e agora já está nos oitenta e sete dias. Também duas pequenas explicações na questão das adjudicações, quando diz aqui aquisição de serviços de consultadoria/assessoria para apoio aos serviços técnicos de água e saneamento do Município de Idanha-a-Nova, no valor de 19520,36 euros, e também na aquisição de serviços para formação nas áreas jurídico-administrativas da Administração Pública, também no valor de 19980,00 euros. Se isto é formação aos funcionários. Também um esclarecimento, para tentar-mos perceber. A questão da construção da ciclovia como já entrou na parte antiga da vila de Idanha, penso que havia e foi aqui dito que fazia parte de um projeto da remodelação da rede de águas e saneamento. Como já está ali alguma parte feita e não foi feita essa substituição, pergunto se ali não estava contemplado, se é só dali para a frente ou outro local.”

Seguidamente foi dada a palavra ao senhor deputado Manuel Monteiro que disse “relativamente à atividade desenvolvida no Município descrita no documento que nos foi entregue passo a destacar as seguintes atividades e distinções, uma vez que as mesmas fazem parte do mesmo. Prémio da melhor Bio Região da Europa atribuído pela União Europeia só vem confirmar o sucesso de toda a estratégia desenvolvida pela autarquia nestes últimos anos. O prémio atribuído ao Cartão Raiano de Saúde 0-114 anos entre duzentos países tratado muitas vezes e criticado muitas vezes de forma deprimente por alguns de ânimo mais leve, constitui-se como uma ferramenta essencial no apoio aos municípios. Poderemos também destacar a realização de vários eventos, prova da dinâmica cultural, recreativa, desportiva desenvolvida no Município, revela para além da produtividade da câmara também o forte desenvolvimento do associativismo, como à pouco o senhor Presidente da Assembleia referiu o número de associações existentes no concelho, refiro alguns exemplos. Poderemos falar do Festival Fora do Lugar, que mais uma vez foi um grande sucesso, tendo várias sessões em várias freguesias do concelho. A corrida de São Silvestre, evento desportivo que reuniu cerca de trezentos e cinquenta atletas entre os 7 e 80 anos, desenvolvida em conjunto pela Câmara, Clube União Idanhense e União de Freguesias de Idanha-a-Nova e Alcafozes. O aniversário da Filarmónica Idanhense dos seus 135 anos com a realização de um excelente espetáculo neste mesmo local. A realização do Idanha FoodLab, evento de carácter científico, uma vez mais se afirma como uma iniciativa de carácter nacional e internacional. Também poderemos referir aqui a realização da 4.ª edição do Festival Arrebita Idanha que se realizou em Idanha-a-Velha e que foi considerado o primeiro festival gastronómico reconhecido e certificado como bio. Reafirmamos, depois disto, uma vez mais que a atividade desenvolvida pela Câmara e outras entidades públicas e privadas existentes no concelho, refletem a dinâmica desenvolvida em prol dos municípios.”



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 15 DE 18-12-2023**

Seguidamente usou da palavra o senhor deputado José Claro que disse “ *para responder ao senhor deputado Jorge Daniel. O senhor certamente não me conhece muito bem, e digo-lhe diretamente que não me conhece muito bem. Quando eu disser uma coisa e quando eu a escrever, tem que ser verdade porque eu a li. Daí eu dizer que não punha uma vírgula, nem a tirava e toda a gente sabe qual é o nosso caminho a percorrer, portanto o senhor segue o seu caminho, segue a sua política, mas há uma coisa que eu não aceito, é que venham a dizer que eu não li, e quando eu leio com os olhos que tenho na cara não admito a ninguém que me diga que é mentira. Eu nunca pronunciei o Movimento em circunstância alguma. Portanto eu não vim aqui dizer que tinha sido o Movimento que fez essa publicação, mas sei muito bem os satélites por onde eles andam e o senhor não me vem dar lições de redes sociais.*”

De seguida usou da palavra o senhor Presidente da Câmara que disse “*sobre a questão que foi colocada aqui pelo senhor deputado Daniel de também vou falar desta questão aqui, é evidente que o facto de Idanha ter recebido o prémio da Bio Região da Europa, nós temos sido elogiados em toda a Europa e o único sítio onde não fomos elogiados foi pelo Movimento que nem sequer uma palavra teve, e não é ao Presidente da Câmara, é à Idanha. Nós os idanhenses devem estar orgulhosos dos prémios que os idanhenses recebem, sejam elas quais forem. É uma imagem positiva para o país e para o mundo, e portanto a verdade, senhor deputado Daniel, é que pode não ter sido o Movimento a escrever no facebook, mas que houve pessoas conotadas com o Movimento insinuar que nós compramos os prémios na Europa ou onde quer que seja, isso toda a gente viu e leu, só o senhor é que não quer ver, mas isso fica consigo.*

Respondendo às questões que aqui colocou, a taxa de execução é evidente que no final é que fazemos as contas. Estamos no final do quadro comunitário e portanto as execuções, e isso também tem a ver com os prazos de pagamentos e também sabemos que as empresas tiveram, e tem tido, problemas, fruto da economia, da pandemia, do pós-pandemia, da falta de mão-de-obra, e isso não tem sido fácil para as execuções das obras, e acresce que houve muitos concursos que ficaram vagos, mas que conseguimos que mais tarde fossem ocupados e isso refletiu-se em taxas de execução fracas, mas que no final do ano iremos ter boas taxas de execução.

Relativamente aos concursos de aquisição de serviços, obviamente, que nós vamos sempre recorrer a prestações de serviços para apoiar os nossos serviços técnicos, e é o que acontece com estes dois casos. No serviço de águas e saneamento precisamos de ter muita informação técnica e por isso vamos recorrer a prestações de serviços para nos ajudar a termos essa informação técnica fundamental para uma boa execução. Também na área jurídica necessitamos contratar bons prestadores de serviços para nos auxiliarem nas muitas questões burocráticas que são necessário desenvolver.

Relativamente à ciclovia, a mesma está na fase final de obra e à medida que a ciclovia se foi fazendo, fomos renovando sistemas de água e de saneamento, pois era isso que estava previsto e foi o que fizemos.”

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia deu início ao

PONTO NÚMERO DOIS: ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA – SEGUNDA REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO ANO DE 2023 – PARA CONHECIMENTO: – O senhor Presidente da Assembleia disse que este assunto vem no seguimento daquilo que se passou na sessão da Assembleia Municipal realizada no passado dia vinte e dois de setembro cujo ponto foi aprovado na condição do executivo levar a sessão do



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 15 DE 18-12-2023**

mesmo para aprovar e depois comunicar a esta assembleia o resultado obtido. Assim estamos em posse desse documento. Seguidamente solicitou se alguns dos senhores deputados municipais queriam usar da palavra.

O senhor deputado Jorge Daniel solicitou a palavra e disse “ o senhor Presidente da Câmara comprometeu-se nessa sessão a que se referiu o senhor Presidente da Assembleia, a enviar o parecer jurídico sobre o assunto e como não veio nada, veio simplesmente uma justificação da Câmara Municipal, gostaríamos de o poder ver, já que ficou esse compromisso.”

O senhor Presidente da Câmara disse que o mesmo iria ser enviado ao Grupo Municipal do Movimento para Todos.

Não havendo mais pedidos de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia, no seguimento do que disse anteriormente em como este assunto era só para conhecimento, de seguida deu início à discussão do

PONTO NÚMERO TRÊS: PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DO CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU PARA A UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL “DIVISÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL” – DESIGNAÇÃO DE JÚRI E ATRIBUIÇÃO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO – O senhor Presidente da Assembleia informou os senhores deputados que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.

Terminado o mesmo e não havendo qualquer pedido de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa *PROPOSTA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DO CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU PARA A UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL “DIVISÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL” – DESIGNAÇÃO DE JÚRI E ATRIBUIÇÃO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO*, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e oito;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e oito.

Em face deste resultado a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova foi aprovada por UNANIMIDADE.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação **“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA AO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DO CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU PARA A UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL “DIVISÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL” – DESIGNAÇÃO DE JÚRI E ATRIBUIÇÃO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO.”**

Seguidamente o senhor Presidente da Mesa deu início à discussão do



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 15 DE 18-12-2023**

- 372 -

PONTO NÚMERO QUATRO: LANÇAMENTO DE DERRAMA A COBRAR EM 2024. – O senhor Presidente da Assembleia solicitou aos senhores deputados se tinha, algo a dizer sobre a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.

Não havendo qualquer pedido de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa *AO LANÇAMENTO DE DERRAMA A COBRAR NO ANO DE 2024.*, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e oito;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e oito.

Em face deste resultado a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Idanha-a-Nova foi aprovada por UNANIMIDADE.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação

“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA AO LANÇAMENTO DE DERRAMA A COBRAR NO ANO DE 2024.”

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do:

PONTO NÚMERO CINCO: FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL PELOS DIREITOS DE PASSAGEM – O senhor Presidente da Assembleia solicitou aos senhores deputados se tinham algo a dizer sobre esta proposta da Câmara Municipal.

Não havendo qualquer pedido de intervenção o senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à *PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL PELOS DIREITOS DE PASSAGEM*, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e oito;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e oito.

Em face deste resultado a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Idanha-a-Nova foi aprovada por UNANIMIDADE.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 15 DE 18-12-2023

- 373 -

“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL PELOS DIREITOS DE PASSAGEM.”

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do

PONTO NÚMERO SEIS: PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS NO CONCELHO DE IDANHA-A-NOVA – O senhor Presidente da Assembleia solicitou aos senhores deputados se tinham algo a dizer sobre esta proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.

Não havendo qualquer pedido de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à *PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS NO CONCELHO DE IDANHA-A-NOVA*, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e oito;

Votos em contra: um – Grupo Municipal do PSD;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e sete .

Em face deste resultado, a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, foi aprovada por MAIORIA.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação **“FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM UM VOTO EM CONTRA, ZERO VOTOS DE ABSTENÇÃO E VINTE E SETE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS NO CONCELHO DE IDANHA-A-NOVA.”**

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do

PONTO NÚMERO SETE: FIXAÇÃO DE TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) – O senhor Presidente da Assembleia solicitou aos senhores deputados se tinham algo a dizer sobre esta proposta da Câmara Municipal.

Não havendo qualquer pedido de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à *FIXAÇÃO DE TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI)*, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e oito;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e oito.

Em face deste resultado a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Idanha-a-Nova foi aprovada por UNANIMIDADE.



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 15 DE 18-12-2023**

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação **“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À FIXAÇÃO DE TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI).”**

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do

PONTO NÚMERO OITO: RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA – 1.º SEMESTRE DE 2023 – PARA CONHECIMENTO – O senhor Presidente da Assembleia solicitou aos senhores deputados se, apesar de ser para conhecimento, tinham algo a dizer sobre o documento.

Não havendo qualquer pedido de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia disse *“quero apenas sublinhar o parágrafo final que diz o seguinte: finalmente verifica-se o cumprimento por parte do Município, da regra do equilíbrio orçamental, quer na previsão inicial, quer na previsão e execução a 30 de junho de 2023.*

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia informou que a sessão iria ser suspensa por um período de cinco minutos, a fim de preparar a sala para discussão do assunto incerto no ponto nove da Ordem de Trabalhos.

Terminado o período de suspensão da sessão, o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do

PONTO NÚMERO NOVE: PROPOSTA DE ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2024 – O senhor Presidente da Assembleia referiu que se iria utilizar a metodologia dos anos anteriores, ou seja, primeiramente a senhora chefe de divisão faria a apresentação do documento, seguindo-se a intervenção dos Grupos Municipais e depois o senhor Presidente da Câmara Municipal. Haveria uma segunda volta se tal se justificasse.

Assim solicitou à senhora Elza Gonçalves, chefe de divisão financeira e patrimonial da Câmara Municipal para fazer a apresentação do documento.

A senhora chefe de divisão começou por referir a base legal sobre a elaboração do documento, nomeadamente a Lei 75/2013, de 12 de setembro, a Lei 73/2013, de 6 de setembro, a Lei 8/2012 de 1 de fevereiro, o Decreto-Lei 127/2012 de 21 de junho e o Decreto-Lei 192/2015 de 11 de setembro.

Os montantes apurados e inscritos no orçamento foram calculados seguindo as regras previsionais referidas no ponto 3.3 do POCAL. O valor global da proposta de orçamento para 2024 é no valor de 41 279 123,00 euros, quer na receita, quer na despesa. As despesas correntes são no valor de 22 113 314,00 euros e a de capital de 17 665 809,00 euros. Na receita as rubricas mais significativas são a dos impostos diretos no valor de 2 150 000,00 euros, a das taxas, multas e outras penalidades 61 758,00 euros, as transferências correntes no valor de 15 893 092,00 euros e a venda de bens e serviços de 3 516 106,00 euros. O total da receita corrente é de 23 254 673,00 euros. O total da receita de capital será no valor de 13 419 674,00 euros.

As rubricas mais significativas a nível da despesa corrente são, as despesas com pessoal no valor de 8 946 655,00 euros, a aquisição de bens e serviços no valor de 9 012 607,00 euros, transferências correntes 3 477 701,00 euros,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 15 DE 18-12-2023

sendo o total das despesas correntes no valor de 22 113 314,00 euros e a despesa de capital totaliza 17 675 809,00 euros.

Terminada a apresentação do documento, o senhor Presidente da Assembleia informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.

Terminado o mesmo, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Jorge Daniel Fonseca que disse " *após a leitura e análise técnica dos documentos em apreço respeitantes ao orçamento e grandes opções do plano para o ano financeiro de 2024, o Movimento para Todos faz as seguintes considerações.*

O documento em apreço parece-nos um documento bem elaborado para apresentação, um orçamento muito bem vestido, mas à semelhança dos anos anteriores, e como tem sido aprovado, em anos anteriores documentos semelhantes a este, com necessidades constantes de ser retocado, a uma média de quatro alterações por mês. É um documento que reitera e comprova a gestão corrente do dia a dia, a chamada navegação à vista, sem uma estratégia a longo prazo. Não vamos entrar em pormenores de valores em rúbricas, pois com as alterações constantes e salientar que o orçamento para o ano financeiro de 2023, até 30 de novembro já teve quarenta e quatro alterações, ou seja, o que é hoje poderá não amanhã.

Numa primeira análise chamamos à atenção para o aumento exponencial das responsabilidades contingentes. Da página quarenta e um à setenta e seis estão descritos treze processos judiciais e trinta e nove processos de contra ordenações, o que representa responsabilidades para o Município em valores altíssimos, e por este andar até incontroláveis financeiramente. No entanto verifica-se que estão inscritos quatrocentos cinquenta mil euros no orçamento como despesas de capital na página 124. Se nos pudesse dar alguma explicação sobre este valor e o porquê dele já estar contemplado. Na receita não conseguimos atestar a veracidade das verbas inscritas, pois o documento tem falta de comprovativos dos projetos aprovados, ou seja dos contratos, ou documentos que comprovam a aprovação das candidaturas. Segundo a legislação e as normas contabilísticas assim o exigem que devem fazer parte desta documentação.

Quanto à despesa, na área da educação verificamos alguns investimentos referidos pela chefe de divisão dado que verificamos alguns projetos nas grandes opções do plano com verbas alocadas a candidaturas. No entanto questionamos porquê a verba para 2024 ter um valor de trezentos cinquenta e cinco mil euros e em 2023 ter um valor de 1 673 123,00 euros. Isto tem a ver com o quê, Na página 108 é mencionada a requalificação de um pavilhão municipal na Zona Industrial com um financiamento não definido de 250 000,00 euros, e não estando qualquer valor para o período em questão, isto trata-se do quê? Na página 112 é mencionado a prossecução de projetos de desenvolvimento com uma verba alocada anualmente de 400 000,00 euros, que tipo de projetos são estes e o que englobam estes projetos. Gostaríamos também de saber, uma vez que já são candidaturas que vêm de trás, a questão do Centro de Saúde, se as obras já estarão com conclusão para breve e se estarão realmente concluídas em 2024, e também tentar perceber aqui o equipamento de odontologia a instalar no Centro de Saúde que era um projeto que já deveria estar concluído em 2019 e ainda aparece para 2024 e o porquê deste atraso.

Perguntar também como está a situação das piscinas interiores, para quando a reabertura, uma vez que constam também no orçamento para 2024. Em orçamentos anteriores existia um projeto para a requalificação de postos da GNR e desapareceu das GOP para 2024. Todos sabemos que as condições não são as melhores por exemplo no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 15 DE 18-12-2023

posto de Idanha-a-Nova, com necessidades urgentes de intervenção. O porquê de deixarem de estar consideradas estas intervenções?

Se bem se lembram também aqui foi aprovado o regulamento para os bombeiros voluntários e verificamos que no orçamento para 2024, apenas estão alocados dois mil e quinhentos euros para compromisso desse mesmo regulamento. Por isso gostávamos que nos explicassem como é que será cumprido o regulamento com apenas este valor.

De caráter mais técnico temos a salientar o seguinte. Temos chamado à atenção para os orçamentos com valores excessivos e o tempo e as contas têm-nos dado razão. O anuário financeiro dos municípios portugueses referentes ao ano de 2022 colocou o Município de Idanha-a-Nova em primeiro lugar a nível nacional no que respeito ao maior desequilíbrio orçamental. Os revisores de contas no primeiro semestre dizem que isso já foi contemplado, mas não vamos muito com essa análise e não estamos muito de acordo com essa análise. As rendibilidades agravam-se muito significativamente ano após ano. O Município de Idanha-a-Nova está em décimo lugar com um resultado líquido negativa cerca de 2,8 milhões de euros. Os resultados líquidos têm sido negativos, pelo menos desde 2017, piorando significativamente ano após ano. Se por um lado o investimento leva a resultados negativos, e veja-se que a execução deste ano, a 30 de novembro, está apenas nos 30%. Por outro lado este orçamento excessivo com a fraca execução irá provocar um excessivo desequilíbrio orçamental. Esperamos estar enganados e falhar as nossas previsões, mas o ano de 2025 vai ser afilitivo para as contas do Município de Idanha-a-Nova, pois com a apresentação das contas referentes ao ano de 2024 este orçamento, no qual não vemos grandes esperanças, será o quarto orçamento consecutivo em desequilíbrio orçamental. De salientar que o terceiro ano consecutivo em desequilíbrio orçamental será a intervenção imediata das entidades competentes.

Propomos, e achamos por bem, a redução global do orçamento. Não será por ter valores muito altos que nos trarão mais reputação a esse mesmo documento.

Assim, e dando razão aos valores apresentados sugerimos que esse valores das candidaturas sejam integrados no orçamento ao longo do ano financeiro de 2024 e assim o Movimento cá estará para colaborar com a Câmara Municipal para aprovar estas mesmas previsões devidamente comprovadas. Não temos, nem nos dá qualquer prazer não votar favoravelmente este orçamento e as grandes opções do plano, mas não podemos compactuar com o agravamento das contas do Município de Idanha-a-Nova.

Como disse o senhor Presidente da Assembleia, oxalá que ele se concretize."

Seguidamente usou da palavra o senhor deputado Alberto Umbelino que disse " na afirmação dos territórios, não apenas a nível regional e nacional, mas também no plano global, os Municípios têm de definir estratégias eficazes, com as suas comunidades, de forma inclusive, comunicando-as de forma clara, transparente e verdadeira. Este documento que trazemos a esta Assembleia, o Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2024 é a expressão concreta das escolhas políticas dos munícipes de Idanha-a-Nova.

Reflete estratégias que impactam na qualidade de vida dos idanhenses e procuram inverter o despovoamento, captando mais população, captando mais investimento, criando mais riqueza e criando mais emprego.

A situação macroeconómica mantém-se complexa. Dados do BCE permitem confirmar que o combate à inflação possibilita efeitos imediatos, sendo previsível que a mesma continue a baixar de uns demasiado elevados 5,6% em 2023 para uns animadores 3,2% em 2024 retomando a normalidade em 2025 com 2%. No entanto, o aumento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 15 DE 18-12-2023

[Handwritten signatures and initials]

continuado dos juros leva a um arrefecimento da economia, uma diminuição progressiva da liquidez confirmando um cenário de estagnação refletido nas taxa de crescimento do PIB prevista para 2024 de 1,2%, contrastando com 2,3% em 2023.

O investimento, tanto público como privado apesar de PRR e PT 2030, estão ainda abaixo do desejável não contribuindo tanto como se esperava para a dinamização da economia.

Este é o cenário com que se confronta o município. E como parte para este combate com a desafiante realidade económica?

De acordo com o Relatório do Auditor Externo parte duma posição favorável para ser parte da solução.

É sabido que o Relatório do Auditor Externo sobre a situação económica e financeira do Município de Idanha-a-Nova para o 1º semestre de 2023, é enviado a esta Assembleia apenas para conhecimento.

Esta indicação não despreza, pelo contrário, merece uma leitura atenta, posto ser um relatório emitido de forma profissional e independente, baseado no balancete analítico e nos mapas de controlo e execução orçamental.

E para que serve? Para atestar a situação económica e financeira do Município no período em análise.

Isento de condicionantes? Não. Basta atendermos à não periodificação da imputação de depreciações e subsídios, para logo alterar a performance dos resultados obtidos.

Agora sim Senhores Deputados:

Existe um aumento do Ativo em razão dos investimentos, um aumento do património líquido, uma redução do passivo, ainda que os Resultados Transitados apresentem uma redução por força do prejuízo do resultado do exercício anterior.

Melhoria da estabilidade financeira do Município com aumento da Solvabilidade.

Melhoria da capacidade em fazer face aos compromissos financeiros, menos dependente de terceiros, ou seja, melhor autonomia financeira.

Contrasta com a situação anterior descrita, a deterioração da liquidez geral, ou seja, nas disponibilidades de dinheiro.

Ainda assim superior a 1 (1,9).

Regista-se uma evolução das dívidas a pagar com uma redução do stock de dívida.

O endividamento continua a cumprir com o limite permitido, e com margem disponível de 4,3 M euros.

Os resultados no período aumentaram 262% em período homólogo, sem considerar as periodificações. Esta melhoria resulta do aumento da receita em mais impostos e taxas, outros rendimentos e transferências correntes. E do lado da despesa um aumento dos gastos com pessoal (33.9% sobre despesa total) (média Anuário Municípios 30.8%)e dos FSE e consumo de mercadorias. Este aumento contínuo da receita corrente deve ser revelado pois atesta o dinamismo económico do concelho: só crescem porque a atividade intensifica, uma vez que as taxas se mantêm praticamente inalteradas. Em junho o aumento destas receitas foi de 998 mil euros, mais de 90% de crescimento.

O índice de dependência das transferências do orçamento do Estado evidencia uma melhoria face ao ano anterior (74%) atualmente (60%).

Aproveitava também para falar sobre a questão que há pouco aqui foi mencionada do equilíbrio orçamental. Sim, pode existir e correremos o risco de desequilíbrio orçamental. De qualquer das maneiras quando se fala no anuário 2022 deve-se referir também que o desequilíbrio existente se encontra dentro dos parâmetros da sustentabilidade admitida pelo regime financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 15 DE 18-12-2023

É, pois, com contas em ordem e um cenário macro internacional pouco auspicioso, instável e belicista, que a Câmara Municipal apresenta o seu orçamento e plano de atividades que reforça o primado das “pessoas em primeiro” e que tem permitido bons resultados.”

Terminadas as intervenções dos Grupos Municipais, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse “ começo por responder às questões colocadas pelo senhor deputado Daniel que refere que aqui neste relatório estão alguns processos judiciais. É verdade que temos aqui um conjunto de processos judiciais e isso faz parte da dinâmica de um agente económico, como é a Câmara Municipal e as relações jurídicas e judiciais que aqui estão esplanadas, com uma discriminação que mostra a nossa clareza nos processos em que estamos envolvidos. Obviamente que a Câmara Municipal como agente que é, cá tem também os seus direitos de se defender perante cidadãos ou entidades que entende criar processos que têm que existir e que são dirimidos nas instâncias judiciais, nomeadamente até com o Movimento para Todos acho que estão alguns processos. Na evolução dos processos poderemos ganhar ou poderemos perder, apresentando a nossa defesa para manter o bom nome da Câmara Municipal nas suas relações económicas no dia-a-dia, e portanto vamos prevendo verbas independentemente do resultado final que possa existir. Posso dizer que andamos a gerir processos que vêm do tempo da gestão do doutor Batista. Portanto faz parte e é normal das instituições poder gerir processos desta natureza.

Também ao longo deste nosso orçamento e é um orçamento que coincide com o final de um quadro comunitário e início de um outro quadro, é natural que nós coloquemos aqui um conjunto de informação, e desde que colocámos esta informação e começamos a trabalhar há algum tempo e em novembro, como sabem, tivemos que levar esta proposta a reunião do executivo, com muita antecedência, já houve alterações pois já há alguns projetos que não estão aqui contemplados e já foram aprovados, e portanto no próximo ano lá iremos fazer alterações, e por isso mesmo o orçamento é uma previsão daquilo que prevemos fazer à data em que é elaborado o orçamento e irá sofrer dinâmica de alteração, também sinal de vitalidade dos nossos projetos e das nossas atividades.

Referiu um conjunto de obras e referindo-me concretamente às obras dos postos da GNR, nós reunimos quer com o Ministro da Administração Interna, quer com os responsáveis distritais da GNR e chegamos a um acordo para no próximo ano fazermos um protocolo para cedência de materiais e equipamentos e a GNR assume a realização de obras por administração direta. Daí não vir contemplada nesta proposta de orçamento as obras de recuperação e beneficiação de postos da GNR.

Tudo o resto, quer centro de saúde, bem como as outras obras que estão a decorrer, e como já o disse à pouco, as muitas obras que estão a decorrer e as que prevemos lançar no início do próximo ano, e algumas que ainda não estão aqui referidas nas nossas diferentes localidades e freguesias do concelho de Idanha ainda são alvo de candidaturas e nós, sempre que possível, vamos fazer candidaturas para as obras que temos previstas para podermos ser ressarcidos com cofinanciamentos comunitários ou do orçamento geral do estado.

Estes quarenta e um milhões de euros refletem de facto um grande crescimento daquilo que tem sido a dinâmica do concelho de Idanha, refletem de facto o crescimento significativo da nossa capacidade de obter receitas e cofinanciamentos de projetos. Estamos a falar de um crescimento de 20% de receitas de capital e cerca de 15% de receitas correntes. Portanto são crescimentos enormes, como foi dito aqui pelo senhor deputado Alberto, ao aumento



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 15 DE 18-12-2023**

da nossa autonomia financeira para cerca de 27%, o que reflete também uma dinâmica económica no concelho de Idanha muito significativa.

Por outro lado eu tenho uma perspetiva do agente económico que é o Município de Idanha ser um agente económico dinâmico no concelho e esse dinamismo reflete-se muito a atividade económica, a atividade social e cultural que é fundamental para a criação de expectativas positivas e irmos ao encontro daquilo que é o nosso desejo no concelho de Idanha que é, continuarmos a inverter os fluxos migratórios de modo a que estes sejam positivos, o que desde 2019 tem vindo a acontecer, e também na captação de investimento e criação de riqueza e emprego, sendo de iniciativa privada necessita muito da dinâmica do município para que isso aconteça.

Se há algo que caracteriza esta gestão que desde 2013 temos implementado que é uma Idanha Solidária no âmbito da coesão económica e social. Tem sido este crescimento significativo e as estatísticas assim o demonstram. Hoje estamos entre os 100 melhores municípios com melhor desempenho na captação de investimento, na criação de riqueza e emprego, na captação de visitantes e nas condições de qualidade de vida.

O nosso orçamento ao longo dos anos tem vindo a crescer e a cimentar-se com uma dinâmica muito positiva.

De uma forma geral o que peço a esta assembleia é que aprove esta proposta de orçamento e grandes opções do plano para o ano de 2024 com estas características de grande crescimento para o concelho de Idanha num ano de transferência de quadros comunitários, mas também é um ano de concretização do PRR em que nós temos um grande número de projetos previstos e cofinanciados e que irá ajudar esta dinâmica do concelho de Idanha."

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia disse não haver a necessidade de se proceder a uma segunda volta de questões, pelo que submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à **PROPOSTA DE ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2024**, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e sete;

Votos em contra: seis – Grupo Municipal do MPT e do PSD

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e um.

Em face deste resultado a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Idanha-a-Nova foi aprovada por **MAIORIA**.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação **"FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM SEIS VOTO EM CONTRA, ZERO VOTOS DE ABSTENÇÃO E VINTE E UM VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À PROPOSTA DE ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2024."**

Terminada a discussão dos assuntos da ordem do dia, o senhor Presidente da Assembleia, em cumprimento do estipulado regimentalmente, solicitou se alguém do público queria tomar a palavra.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 15 DE 18-12-2023

- 380 -

Verificaram-se quatro pedidos de intervenção por parte do público.

Primeiramente usou da palavra a senhora Graça Passos que disse estar enquanto membro da Plataforma Transgénicos Fora e compreender o mal estar provocado em Idanha-a-Nova pela divulgação dos resultados do estudo europeu da ONGA Internacional Pesticides Action Network (PAN). A PTF, como organização da sociedade civil está solidária com os idanhenses e por isso felicita a Câmara Municipal pela decisão de fazer um estudo aprofundado sobre a contaminação de glifosato em Idanha, disponibilizando-se a dar apoio à sua concretização. Referiu que a Câmara Municipal no dia 18 de setembro tornou público a louvável intenção de encomendar ao COLAB Food4Sustainability, um estudo independente incluindo a monitorização de indicadores ambientais na bio região de Idanha-a-Nova. Contudo, no início de dezembro a Câmara Municipal fez a divulgação dos resultados de análises pontuais, feitas, não em colaboração com o COLAB Food4Sustainability, mas com o laboratório do Centro Tecnológico das Indústrias do Couro, tendo efetuado várias recolhas de água mas nenhuma na linha de água em que foi recolhida a água analisada pela PAN. Também solicitaram ao gabinete do senhor Presidente da Câmara o envio do comunicado de imprensa que está na origem das notícias recentes sobre o glifosato e até ao momento não tendo recebido ainda qualquer resposta, e por isso estão aqui presentes.

Quanto aos resultados das análises pedidas pela autarquia, nem desmentem os do estudo europeu, nem provam que não há problema de contaminação. É preciso fazer análises ao longo do ano e nos períodos de maior risco, depois das aplicações e depois das chuvas que dissolvem e arrastam o glifosato e o seu metabolito AMPA (ácido aminometil fosfónico), também tóxico. Assim colocou algumas questões ao senhor Presidente da Câmara, tais como

-a análise do estudo da PAN referente a Idanha foi recolhida numa linha de água, como podem os seus resultados ser comparados com a análise de água de outras proveniências?

-Qual o critério utilizado para a escolha do Laboratório do Centro Tecnológico das Indústrias do Couro?

- A Câmara Municipal de Idanha-a-Nova encomendou, ou não, ao COLAB Food4Sustainability, o estudo independente que anunciou publicamente?

- Porque fizeram a recolha nesta altura do ano?

- Porque é que não fizeram análise ao AMPA?

A bem do ambiente, da biodiversidade, da produção biológica local e da saúde pública exortam os Município a avançar com o prometido estudo, aprofundado e independente.

Seguidamente usou da palavra o cidadão Benjamim Kambisch que faz parte do movimento Idanha Viva. Disse estar zangado porque sente uma frustração com a política há muito tempo, porque parece ser muitas vezes conduzida pela agenda de algumas pessoas e não representativa dos interesses públicos. A política demonstrou ser incapaz de conduzir a humanidade para a frente de uma forma saudável, honesta, interligada, sustentável e saudável. Continua a sentir a frustração, mas tem esperança, porque acredita que, ao nível das bases da política local, existe um maior potencial de diálogo, ação e mudança. É aqui, a nível local, que a divisão entre o povo e os políticos é menos acentuada. Aqui todos são vizinhos, colegas e amigos. Todos dependem de todos, ou pelo menos, é nisso que gostaria de acreditar.

O que gostaria de pedir aqui é que o executivo seja mais proactivo na procura de diálogo com os cidadãos, sobre as questões que realmente importam. Questões como o ambiente, como os efeitos nocivos da utilização de pesticidas, questões como o melhor financiamento das nossas escolas e a melhoria do sistema de saúde, questões como o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 15 DE 18-12-2023

desenvolvimento de infraestruturas ou que alternativas se podem encontrar para evitar a construção de uma autoestrada que atravessa esta bela região.

Referiu que é uma declaração pessoal, mas que fique claro que está aqui principalmente por causa do IC31, pelo que pediu a todos que façam tudo o que puderem para impedir este projeto de autoestrada.

Seguidamente usou da palavra a senhora Ana Cardoso que disse estar aqui enquanto membro do Movimento Idanha Viva. Começou por ler um manifesto, igual ao que outros membros do movimento leram em sessões anteriores desta Assembleia Municipal e que se prende com a construção do IC31. Por isso aqui se dá como reproduzido o que foi mencionado nas atas dessas sessões, nomeadamente de 29 de junho e de 22 de setembro do corrente ano.

Seguidamente usou da palavra o senhor João Abrantes que disse intervir nesta sessão dado que se sentiu extremamente confuso perguntando ao senhor deputado Daniel Fonseca que discurso era aquele que o senhor fez quando referiu que são totalmente a favor do apoio às empresas e associações. Afinal estão ao lado do associativismo? De seguida fez a seguinte citação “ *e mal vai a política quando se serve do movimento associativo para comprar o alinhamento de ideias e os votos. É o vazio total do interesse pelos outros. Não podem algumas organizações associativas ter o compromisso de fins não lucrativos e ter quadros altamente remunerados e com mordomias advindas da política. Situação que é bem diferente de ressarcimento lógico de despesas próprias e tempo dedicado aos outros. Não pode o associativismo ser gerido apenas com verbas do erário público, a troco de movimentações de influências, sem efetuar o esforço de alcançar receitas próprias provenientes da capacidade gestora dos dirigentes que deverão estar, também eles, em regime de fins não lucrativos. Quando esse for o estatuto da organização. Mas o que é certo, é que estamos muitas vezes nesse patamar e organizações de fraca aderência social, mas de grande gordura política e também o vazio total de interesse pelos outros. O caminho será o de criar um clima de competências em detrimento do clima de aparência que em muitos casos vai imperando, embora saibamos todos que a queda é certa, sempre que tudo isto sustentar em pezinhos de barro, porque um dia a barraca vai cair e o circo vai pegar fogo.*

Esta citação foi feita pelo seu líder político, que falando no movimento associativo sem falar em nomes colocou todos no mesmo saco.

Nesta altura o senhor Presidente da Assembleia interrompeu dizendo ao senhor João Abrantes que está reservado exclusivamente aos membros da Assembleia Municipal questionarem outros deputados e não a qualquer interveniente do público questione diretamente um deputado municipal. Como digo a reserva que fazemos é que os intervenientes do público coloquem questões de natureza coletiva, de natureza municipal e não que façam referências exclusivas a nenhum dos intervenientes desta assembleia que são os deputados municipais.

De seguida o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor presidente da Câmara para responder.

O senhor Presidente da Câmara disse “ *ainda bem que vejo aqui a Graça Passos que veio aqui falar e dizer-lhe o seguinte, eu sou Presidente da Câmara de Idanha e há muitos anos que luto pelas questões ambientais neste território. Portanto, se há alguém que me conhece há muitos anos sabe da minha intervenção nessa área. Fui eu que criei o núcleo de ecologia da Escola Superior Agrária, que criei o núcleo da Quercus no Distrito de Castelo Branco. Trabalhámos para que a reserva da Malcata, que tinha sido criada e que não tinha ninguém assim o fizesse,*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 15 DE 18-12-2023

- 382 -

ajudamos a criar o Parque Natural do Tejo Internacional. Inclusive a Quercus premiou a minha intervenção, enquanto Presidente de Câmara nas questões ambientais. Portanto estou à vontade para trabalhar isso, mas já não posso admitir é que uma pessoa como a Graça Passos tenha liderado um trabalho a denegrir o nome da Idanha por essa Europa, numa altura em que nós estávamos para ser candidatos a um prémio da União Europeia em questões de bio regiões. Felizmente, e não comprámos esse prémio, há um júri internacional que avaliou o nosso trabalho e até ouviu opiniões a nível nacional. Foram muitos os que tentaram denegrir o nome de Idanha nesta altura. Felizmente que quem fez esta avaliação, fê-lo de uma forma isenta e com a opinião de muitas organizações em Portugal. O estudo que foi feito liderado por si, tentou denegrir a Idanha. Alguém neste mundo acredita que a notícia que saiu, a Idanha tem um dos maiores níveis de glifosato na Europa, acredita nisso? Mas não é necessário sair de Portugal, vá ao Oeste ver os níveis de glifosato que lá colocam, ou vá a muitos outros locais em Portugal a ver, e até na região de Castelo Branco. Eu, obviamente, tentando perceber-me que era isso, telefonei-lhe e tentei perceber, porque o normal até era alguém da sua organização, ou de quem quer que fosse, que quisesse fazer esse estudo em Portugal, para nós até era ótimo, porque até quero que venham entidades, sejam elas quais forem, a querer saber da que valores é que temos, o que estamos a fazer, porque gostamos de ajudar e nós até fomos dos primeiros neste país a lutar contra o glifosato. Os senhores Presidentes de Junta que aqui estão sabem o quanto eu com eles lutamos e colaboramos para que não se usasse o glifosato no concelho de Idanha e fomos dos primeiros municípios deste país a aderir à plataforma da não utilização do glifosato e trouxemos aqui as câmara do país para sensibiliza-las para não utilizarem glifosato, para utilizarem alternativas e não me lembro de ver cá a Graça Passos, nem ninguém a discutir isso. Agora já não percebo porque é que escolheram uma linha de água em Idanha. Tentei perceber e acima de tudo porque é que escolheram a Idanha e depois porque é que escolheram aquela linha de água? Toda a gente sabe que a minha esposa até é produtora em modo de produção biológica exatamente na Fonte Insonsa. A mim, depois disso até me atacaram dizendo que eu tinha que fazer análise aos queijos para ver se não tinha glifosato. Até chegámos a este ponto.. Desculpem, isto ultrapassou tudo o que é de bom senso.

Respondendo-lhe aquilo que aqui veio dizer, e que nós já lhe respondemos, apesar de ter dito que não, nós mandamos fazer àquele laboratório que passou a incluir, as análises à água no concelho de Idanha, do abastecimento público, mas também fazemos das fontes e de outros locais, passámos a incluir o glifosato e o laboratório que as fazia é o mesmo que as faz agora, não tem nada a ver com o estudo que vamos fazer com o COLAB e não a vamos incluir a si, porque é demasiado suspeita. Eu quando tentei perceber o assunto, a senhora até me tratou menos bem, para não estar a dizer outro nome, e dava a impressão que eu era interessado em utilizar glifosato, e até me tratou como se eu vendesse glifosato. Eu nunca me senti tão mal tratado para quem anda na luta neste país, e aqui no concelho de Idanha sabem disso, pois fui. No país, a criar esta estratégia da bio região em termos municipais. Muita gente me chamou muitos nomes a senhora ainda vem aqui pôr-me em causa a minha honestidade e a minha honorabilidade? Isso não lhe admito, nem a ninguém, e nem a maneira como me tratou, mas nunca mais lhe vou ligar, porque dava a impressão que eu estava a tentar influenciá-la. A Câmara de Idanha é a primeira interessada, enquanto eu cá estiver, em que nós tenhamos os valores ambientais os melhores do mundo. Por isso é que somos uma bio região, por isso é que criámos o Geoparque, por isso é que lutámos pelo Parque Natural do Tejo Internacional, da Reserva da Biosfera. É necessário provar-lhe mais alguma coisa? Aliás, eu a si não lhe devo provar nada, mas não admito é que venha cá a por em causa o nome da Idanha, não é o meu, é o da Idanha.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 15 DE 18-12-2023

①
JN

Mas se quer falar do glifosato, vamos falar de glifosato. O maior problema do glifosato, neste concelho ou neste país, não é destes senhores que utilizam o glifosato. Já na Comissão Europeia eu fiz uma declaração para que seja proibido na Europa e portanto não está em causa o nosso papel naquilo que fazemos, mas a maior utilização do glifosato, e de muitos outros produtos, é o que as pessoas utilizam nas suas hortas, porque não cumprem os tempos de utilização, não sabem as concentrações que metem, etc.. Este é o maior problema e aí é que a senhora, que está tão interessada nisto, deveria trabalhar e que é aquilo que nós estamos a fazer.

Referiu porque se recolheu a amostra em setembro e não em Outubro, se choveu ou não choveu. Desculpe, isso não são critérios. Mas vou-lhe dizer como é que vai ser feito com o COLAB. O estudo que vamos fazer com o COLAB e com comunidades científicas, e não são mais ou menos independentes, aliás o seu estudo é que é completamente duvidoso, mas o que vamos fazer vai ser claro, vamos dizer onde é que vamos recolher, porque é que vamos recolher, quando é que vamos recolher e o seu, ninguém sabe, nem a que critérios obedeceu, porque não os disse e até me tratou mal.

Obviamente é algo que me deixa muito sensível e me deixou absolutamente zangado, e se há momentos em que eu fico zangado, foi nesse momento, porque sobretudo não vi, a senhora que vem aqui falar em questões ambientais nem sequer conseguiu dialogar com o Presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, que supostamente os Presidentes de Câmara são pessoas que neste país são eleitas pelos cidadãos para fazer o bem pelas comunidades, e portanto a senhora tem que partir do princípio que os Presidentes de Câmara não são foras da lei, nem são vendedores de glifosato.

Relativamente à questão do IC31 a minha posição é muito clara e sempre o foi. Sempre fui um lutador para que se fizesse o IC31, que se faça o IC31 nesta ligação de Portugal de Lisboa, Porto e Madrid. Não conseguimos ter o IC31 sem impactos ambientais. Fui adepto de defender o IC31 muito pelo perfil das estradas que temos, melhorando as acessibilidades. Esta é a minha posição. Sempre defendi, porque sei que os impactos negativos são para o concelho de Idanha. Obviamente que o concelho de castelo Branco beneficia disso e nós somos prejudicados em termos dos impactos ambientais. Mas como não sou eu que manda neste país, apesar de defender isto defendo também que o IC31 se faça porque é importante para o desenvolvimento do concelho de Idanha, é importante para o desenvolvimento da região, do país e de Portugal e Espanha. Os impactos negativos que se vão ter na construção do IC31 no perfil que for, a minha posição é muito clara relativamente a isso, os impactos negativos temos que os minimizar. Sempre fui um lutador pela construção do IC31, e não conseguimos que não se faça o IC31, mas com o menor número de impactos negativos possíveis e cá continuarei a lutar para que se faça, e eu prefiro que no seu perfil não seja o de autoestrada."

O senhor Presidente da Assembleia disse "conhecendo o senhor Presidente como conheço, defensor do concelho de Idanha, das suas pessoas, que põe muita ênfase na sua atividade e por isso fico-lhe agradecido. Eu ia ler só a parte final da ata da última sessão da Assembleia Municipal em relação a esta questão do IC31, mas o senhor Presidente disse rigorosamente aquilo que está na ata, e portanto não o vou fazer."

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida e achada conforme, vai ser assinada pelos membros da Mesa.

António Lourenço
Georgina Pereira